



Município de Castro Marim

Câmara Municipal

Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira

Serviço de Contratação Pública

Caderno de Encargos



Procedimento de Ajuste Direto n.º 5/2025

**Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e
Requalificação de Espaços Diversos**

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

Índice

Parte I	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Prazo de Entrega dos Bens	4
Cláusula 4. ^a – Obrigações Principais do Fornecedor	4
Cláusula 5. ^a – Obrigações do Adjudicante	5
Cláusula 6. ^a – Dever de Sigilo e Proteção de Dados	5
Cláusula 7. ^a – Dever de Sigilo e Proteção de Informação	6
Cláusula 8. ^a – Preço Base e Preço Contratual	6
Cláusula 9. ^a – Condições de Pagamento	7
Cláusula 10. ^a – Faturação Eletrónica	7
Cláusula 11. ^a – Penalidades Contratuais	8
Cláusula 12. ^a – Força Maior	8
Cláusula 13. ^a – Resolução por parte da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 14. ^a – Caução	8
Cláusula 15. ^a – Patentes, Licenças e Marcas Registadas	9
Cláusula 16. ^a – Seguros	9
Cláusula 17. ^a – Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	9
Cláusula 18. ^a – Comunicações e Notificações	9
Cláusula 19. ^a – Legislação Aplicável	9
Cláusula 20. ^a – Foro Competente	10
Parte II	11
Cláusula 21. ^a – Objetivos	11
Cláusula 22. ^a – Local de Entrega dos Bens	11

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

Parte I

Cláusula 1.^a – Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos, **na aquisição de plantas ornamentais para substituição e Requalificação de espaços diversos**, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

Cláusula 2.^a – Contrato

1. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão a contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Para cumprimento do estipulado no artigo 290.º-A do CCP, o contrato será acompanhado por Gestor, a designar.
4. O adjudicatário obriga-se a entregar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo I do Convite;
 - b) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Convite;
 - c) Documento comprovativo em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55 do CCP.
5. Para além dos documentos referidos, o adjudicatário deve também apresentar:
 - a) Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) no caso de entidade coletiva ou, Número de Identificação Fiscal, no caso de entidade individual;
 - b) Certidão permanente ou código de acesso da sociedade, no caso de entidade coletiva ou, declaração de início de atividade, no caso de entidade individual;

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

- c) Documento comprovativo de submissão e validação da declaração efetuada no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo), de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo (cfr. artigo 36.º, n.º 2 da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e artigo 6.º da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto), quando aplicável.

Cláusula 3.ª – Prazo de Entrega dos Bens

1. A entidade fornecedora obriga-se a entregar os bens em duas tranches, a primeira após a adjudicação e a outra em novembro.
2. Sem prejuízo do número anterior, o prazo de entrega poderá ser acordado entre a entidade adquirente e a entidade fornecedora.
3. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a entidade fornecedora, logo que dele tenha conhecimento, requerer à entidade adquirente, que lhes seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo.

Cláusula 4.ª – Obrigações Principais do Fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor dos bens as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer os bens conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Garantir os padrões de qualidade e quantidade dos bens adquiridos;
- c) Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- e) Comunicar ao Município de Castro Marim qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato celebrado e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

- f) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a – Obrigações do Adjudicante

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o adjudicante deve pagar ao fornecedor dos bens o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao adjudicante.
3. Os preços constantes na proposta deverão ser mantidos durante o prazo de vigência do presente contrato.

Cláusula 6.^a – Dever de Sigilo e Proteção de Dados

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados – Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril.
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pelo Município e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de risco.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

Cláusula 7.ª – Dever de Sigilo e Proteção de Informação

1. O fornecedor dos bens deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa vir a ter conhecimento, decorrente da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Para além da duração do contrato, no âmbito do dever de sigilo dever-se-á observar o prescrito na lei para o efeito, designadamente no que se refere à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª – Preço Base e Preço Contratual

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **€ 11.355,00 (onze mil, trezentos e cinquenta e cinco euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço previsto no número anterior da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O Contraente Público obriga-se a pagar ao fornecedor dos bens o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

Cláusula 9.ª – Condições de Pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Castro Marim, nos termos da proposta adjudicada, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, vencendo-se o montante total com a entrega da totalidade dos bens objeto do presente procedimento.
2. O valor da adjudicação será liquidado faseadamente, em função do fornecimento dos bens.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Castro Marim quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor dos bens, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Castro Marim, devendo especificar, além do previsto no artigo 299.º-B do CCP:
 - a) Identificação do Número Sequencial do Compromisso;
 - b) Identificação do número de Procedimento;
 - c) Descrição dos bens, de acordo com o definido na Parte II deste Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª – Faturação Eletrónica

1. As faturas devem ser enviadas em formato eletrónico ao abrigo do n.º 3 do art.º 9 do DL 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, salvo no caso de micro, pequenas e médias empresas nos termos do n.º 4, na medida em que o prazo foi alargado até 31 de dezembro de 2024 ao abrigo da alteração introduzida pelo art.º 6 do decreto-lei n.º 54/2023, de 14 de julho.
2. O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pela Entidade Adjudicante é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), sendo que os operadores económicos deverão enviar as suas faturas eletrónicas através de interligação dos seus softwares de faturação com a Rede Saphety ou outra, ou em alternativa, através do acesso ao Portal SaphetyDoc.
3. A Saphety dispõe de uma linha de apoio aos fornecedores da Administração Pública, com vista ao esclarecimento de questões relativas à adesão à faturação eletrónica, através do email: fornecedores.saphetygov@saphety.com ou do telefone +351 210 174 065 (dias úteis 9h-13h e 14h-18h).

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

Cláusula 11.ª – Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor dos bens, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade pelo incumprimento das datas, prazo do fornecimento objeto do contrato e condições de garantia, nos termos do artigo 329.º do CCP e demais legislação aplicável.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor dos bens e as consequências do incumprimento.
3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª – Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se for caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 13.ª – Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor dos bens violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada a fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 14.ª – Caução

Não é exigível a prestação da caução para garantir o cumprimento das obrigações, dado o preço contratual ser inferior a € 500.000,00 (quinhentos mil euros), de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

<p align="center">MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal</p>		
<p>Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos</p>	<p>Caderno de Encargos</p>	

Cláusula 15.^a – Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionado no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 16.^a – Seguros

1. O adjudicatário deverá possuir seguro de responsabilidade civil que cubra possíveis danos a terceiros, no decurso de qualquer operação relacionada com o fornecimento dos bens em causa.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 dias.

Cláusula 17.^a – Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo fornecedor depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a – Comunicações e Notificações

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à entidade adjudicante, com a máxima urgência.

Cláusula 19.^a – Legislação Aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

Cláusula 20.^a – Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de Plantas Ornamentais para Substituição e Requalificação de Espaços Diversos	Caderno de Encargos	

Parte II

Cláusula 21.^a – Objetivos

Os bens a fornecer devem obedecer à seguinte especificação e quantidade:

Lote	Designação	Formato	PAP	Dimensão	Quantidade
Lote 1	Callistemon citrinus (escovilhão)	árvore	12/14 cm	2,5 m	22
Lote 1	Lagerstroemia indica (estremosa)	árvore	12/14 cm	2,5 m	21
Lote 1	Fotínia * fraseri (fotínia)	árvore	12/14 cm	2,5 m	20
Lote 2	Salix babylonica (salgueiro)	árvore	12/14 cm	2,5 m	1
Lote 2	Tilia tomentosa (tília)	árvore	12/14 cm	2,5 m	1
Lote 3	Cercis Siliquastrum (olaia)	árvore	12/14 cm	2,5 m	1
Lote 3	Celtis australis (lodão)	árvore	12/14 cm	2,5 m	5
Lote 4	Platanus orientalis (plátano)	árvore	12/14 cm	2,5 m	8
Lote 4	Acer Pseudoplatanus (bordo)	árvore	12/14 cm	2,5 m	3
Lote 5	Lagerstroemia indica (estremosa)	árvore	12/14 cm	2,5 m	9
Lote 6	Lagerstroemia indica (estremosa)	árvore	12/14 cm	2,5 m	1
Lote 7	Lagerstroemia indica (estremosa)	árvore	12/14 cm	2,5 m	3

Cláusula 22.^a – Local de Entrega dos Bens

Os bens objeto do presente contrato serão entregues nas instalações da Câmara Municipal de Castro Marim.